



Pré IGF Brasileiro

Fórum da Internet no Brasil



Fórum da Internet no Brasil

V FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL

PRÉ IGF BRASILEIRO

SALVADOR -BAHIA - 15-17 JULHO 2015

Trilha IV

Internet e Direitos Humanos

Temas e Posicionamentos



Exposições das(os) Painelistas

Posicionamentos



- Cláudio Machado (APAI-CRVS Programa Africano p/ Fortalecimento Registro Civil, terceiro setor)
 - A identificação é um elemento fundamental para acesso a determinados serviços eletrônicos.
 - A Internet tem um modelo descentralizado que desafia os serviços tradicionais de identificação que são centralizados. Porém, a identificação na Internet deve estar articulada com os serviços tradicionais.

Posicionamentos



- Cláudio Machado (terceiro setor)
 - Portais de Internet, como Google e o Facebook, já estão oferecendo serviços federados de identificação, enquanto o Estado ainda não.
 - Para a prestação de serviços públicos na Internet não há hoje no Brasil uma solução governamental integrada para identificação.
 - Os serviços privados de identificação podem ser utilizados para a autenticação dos serviços públicos, mas deve haver uma regulação do governo sobre o assunto.

Posicionamentos



- Cláudio Machado (terceiro setor)
 - A discussão sobre o anonimato está vinculada à questão do direito a identidade, sendo o anonimato uma forma de proteção contra abusos de vigilância e situações de risco ou constrangimento pessoal.
 - A discussão sobre identidade na Internet é complexa, mas o Brasil não pode negligenciar esse tema sob o risco de criar barreiras de acesso a serviços públicos eletrônicos.

Posicionamentos



- Irina Karina Bacci (Ouvidoria Direitos Humanos - Governo Federal, setor governamental)
 - A política de enfrentamento do governo às violações de direitos humanos na Internet é estruturada pelos eixos (1) educação e direitos humanos, (2) enfrentamento das violações dos direitos humanos na Internet e (3) uso seguro e responsável da Internet.
 - O programa #HumanizaRedes é um exemplo dessa abordagem baseada nos três eixos.

Posicionamentos



- Irina Karina Bacci (setor governamental)
 - A lógica de enfrentamento às violações de direitos está mais centrada na educação do que nas denúncias.
 - As ações do eixo de educação têm como destaque a reflexão sobre compartilhar nas redes conteúdo que possa afetar os direitos de outras pessoas.

Posicionamentos



- Irina Karina Bacci (setor governamental)
 - O #HumanizaRedes é uma ferramenta para trabalhar esses três eixos.
 - A Metodologia de *Cards* é uma estratégia de educação para uso das redes sociais que orienta, de forma lúdica, usuárias e usuários sobre comportamentos e usos responsáveis das ferramentas disponíveis nas redes.

Posicionamentos



- Irina Karina Bacci (setor governamental)
 - O acúmulo de informações sobre direitos humanos é uma forma de desmistificar o discurso de direitos humanos apenas para bandidos.
 - Compartilhar vídeos de violência em redes sociais com a intenção de dar visibilidade ao problema acaba por expor a vítima e revitimizá-la.

Posicionamentos



- Rafael de Almeida Evangelista (Coordenador do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural – Unicamp, setor acadêmico)
 - A expectativa em relação à Internet como solução para descentralização das informações e democratização da comunicação não se concretizou.
 - O movimento de *software* livre é uma alternativa para retirar a produção informacional das mãos de grandes corporações.

Posicionamentos



- Rafael de Almeida Evangelista (setor acadêmico)
 - A Internet de *feed*, construída a partir do balanço entre o que as usuárias e os usuários concordam e um pouco daquilo que discordam, gera bolhas ideológicas. Essa lógica de programação tende a acirrar as divergências a ponto de conquistas históricas relacionadas aos direitos humanos ficarem sob ameaça.

Posicionamentos



- Rafael de Almeida Evangelista (setor acadêmico)
 - Todos os mecanismos de grande atratividade para as(os) usuárias(os) da Internet funcionam a partir da violação de direitos; o mercado cresceu a partir da vigilância e no limite da violação da privacidade.

Posicionamentos



- Marcel Leonardi (Google, setor empresarial)
 - A sociedade civil precisa manter-se mobilizada para evitar que uma lei ou direito já garantido seja colocado em risco por novas leis.
 - A aprovação no Senado do PLS 494/2008, que dispõe sobre prazos para transferência de dados para fins de investigação de crimes, é uma ameaça ao Marco Civil da Internet.

Posicionamentos



- Marcel Leonardi (Google, setor empresarial)
 - Para o setor privado, o Marco Civil, tal como aprovado, representa o equilíbrio necessário entre a guarda das informações e a proteção de direitos.
 - É necessário transformar os resultados de discussões entre os diversos setores, nos fóruns e na Internet, em ações efetivas direcionadas ao Legislativo.

Relatos sucintos dos Grupos

Relatos dos grupos



- Grupo A
- Pontos a aprofundar
 - Ferramentas e iniciativas de conscientização que auxiliam as usuárias e os usuários a como se portarem na Internet e nas redes sociais para evitar violação dos direitos humanos.
 - Políticas públicas que promovam a educação do uso de conscientização e dos direitos humanos.
 - Uso democrático da Internet como ferramenta de educação de conscientização dos direitos humanos.

Relatos dos grupos



- Grupo B
- Consensos
 - Inclusão digital: necessidade de educação digital com foco em Direitos Humanos.
 - Sugerir que o NIC.br/CGI.br crie departamento voltado para a proteção de direitos humanos na Internet.
 - Incluir questão racial nas pesquisas do CETIC.br.

Relatos dos grupos



- Grupo B
- Consensos
 - As relações de direitos humanos na Internet não podem ser apenas de denúncia, mas de articulação com mediadores, para que se construam outros espaços e blocos de enfrentamentos a violações.
 - Necessidade de conferir e garantir publicidade e transparência sobre os critérios de seletividade nas mídias (por exemplo, redes sociais).

Relatos dos grupos



- Grupo B
- Consensos
 - Sugestão de que o domínio .org.br seja liberado também para pessoas físicas.

Relatos dos grupos



- Grupo B
- Dissensos
 - Discutir o que seria efetivamente inclusão digital.

Relatos dos grupos



- Grupo B
- Pontos a aprofundar
 - A liberdade de expressão na Internet e suas consequências.

Relatos dos grupos



- Grupo C
- Consensos
 - O Estado deve assumir o dever efetivo de garantia de universalização do acesso à rede, não se fundamentando apenas no mercado. Para universalizar o acesso é necessária uma gestão pelo Estado.
 - No contexto de delitos e crimes virtuais é preferível um sistema baseado apenas em denúncias voluntárias e, a partir disso, ocorrer estudos e pesquisas sobre o tema.

Relatos dos grupos



- Grupo C
- Consensos
 - É necessário o incentivo na educação de acesso à rede, não apenas em ambiente escolar, mas sim de maneira multidisciplinar a fim de proporcionar à usuária e ao usuário, desde a sua juventude, base e estrutura para usar a rede de modo responsável.
 - Reconhece a necessidade de se proteger o anonimato na vida real.

Relatos dos grupos



- Grupo C
- Pontos a aprofundar
 - Análise da aplicação, para os serviços digitais, de mecanismos de rastreabilidade e de criptografia com chaves públicas e privadas de total controle da cidadã e do cidadão.

Debate da Trilha

Tema 1: Direitos Humanos

Debates



- Debate plenária da trilha - tópicos
 - Em respeito ao direito à informação, todos os conteúdos compartilhados na Internet deveriam ter licença livre, principalmente aqueles produzidos com recursos públicos.
 - Criação de novas estruturas de comunicação e educação, fora da lógica de mercado, que permitam não apenas a possibilidade de consumir as informações, mas também de entrar na cadeia produtiva.

Debates



- Consensos
 - Os representantes de todos os setores concordam que há necessidade de iniciativas conjuntas para a educação na Internet.

Debates



- Dissensos
 - Não foram explicitados.

Debates



- Pontos a aprofundar
 - Como criar uma cultura de defesa dos princípios da privacidade e liberdade de expressão no Poder Judiciário.

Tema 2: Identificação e Anonimato na Internet

Debates



- Debate plenária da trilha - tópicos
 - Separar o anonimato, entendido como a total impossibilidade de identificar uma pessoa, do pseudo-anonimato e os usos de pseudônimos.
 - A identidade vai além das formas utilizadas pelo Estado para controlar as informações das pessoas.
 - O anonimato como um dos elementos do direito à identidade.

Debates



- Debate plenária da trilha – tópicos
 - Separação entre identidade e atributos das pessoas.
 - Controle do uso de informações básicas para diferenciar os atributos pessoais.
 - Coleta mínima de informações para garantir a individualização.

Debates



- Debate plenária da trilha - tópicos
 - Necessidade do Brasil estabelecer sua própria política pública sobre identidades na Internet para não ficar à mercê das políticas de empresas e de outros países.

Debates



- Consensos
 - Não deve ser criado um cadastro único para acesso aos serviços na Internet, mas sim esquemas de identificação que permitam à pessoa se identificar em determinados serviços e preservar seus dados.

Debates



- Dissensos
 - O uso do termo violação da privacidade.
 - Associação entre identidade e controle.

Debates



- Pontos a aprofundar
 - Discussão sobre os usos do anonimato, usado por um lado para ações nocivas como difamação e calúnia, mas por outro como proteção para as minorias vulneráveis e para o exercício pleno da cidadania.
 - Grau de controle de identidade desejado nas redes.
 - Realizar um inventário para mapear os sistemas de identificação que existem hoje no Brasil.

Debates



- Pontos a aprofundar
 - Definição clara de conceitos em torno de identidade e identificação na Internet.

Outros temas apresentados no debate da Trilha

Outros temas

- **Os seguintes tópicos não diretamente relacionados ao tema da trilha foram apresentados e serão descritos e detalhados no relatório completo a ser publicado**
 - O risco da aprovação do projeto PLS 494/2008, que dispõe sobre prazos para transferência de dados para fins de investigação de crimes e que vai contra o Marco Civil.
 - Aproximar o Poder Judiciário e o Legislativo do debate da sociedade civil sobre a guarda de dados.
 - Analisar as decisões judiciais para identificar a frequência e os motivos da remoção de conteúdos na Internet.

Outros temas



- **Os seguintes tópicos não diretamente relacionados ao tema da trilha foram apresentados e serão descritos e detalhados no relatório completo a ser publicado**
 - Estimular a mediação de conflitos e fortalecer a educação como estratégia de participação nos debates e superação das divergências.
 - Necessidade de rever os termos de uso e como estes são apresentados às usuárias e aos usuários.

egi.br